

Um olhar sobre como surgiu a psicanálise com casais e com famílias

Rodolfo Moguillansky¹

Silvia Nussbaum²

RESUMO A psicanálise com casais e famílias surgiu depois da Segunda Guerra Mundial. Neste texto, busca-se dar conta dos diferentes pontos de vista da psicanálise vincular, suas origens e seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE Vínculo; relação de objeto; inconsciente vincular; colusão narcisista; instituído-instituente.

Há algumas décadas, vem se estabelecendo, tanto na teoria como no imaginário social, uma nova demanda: a consulta vincular. Isso determinou que a psicanálise formulasse, e continue fazendo-o de modo permanente, critérios e instrumentos para abordá-la.

Umás poucas palavras acerca de como se estabeleceu a demanda do vincular.

A psicanálise, desde seus primórdios, se desenvolveu como uma disciplina baseada na clínica de tratamentos individuais e, ainda que Freud tenha privilegiado esse nicho, sabemos que fez também uma importante referência ao campo das relações subjetivas (Freud, 1921; 1930).

1. Médico, especialista em psiquiatria, psicanalista. Membro titular da APdeBA com função didática. Full member da IPA, membro da Federação Espanhola de Associações de Psicoterapia (FEAP), mestre em Casal e Família, ex-reitor do IUSAM (Instituto Universitário de Saúde Mental). Prêmio Sigourney Award 2019.

2. Médica, especialista em psiquiatria, psicanalista. Membro titular da APdeBA com função didática. Full member da IPA, membro da Federação Espanhola de Associações de Psicoterapia (FEAP), mestre em Casal e Família, ex-diretora da Especialização em Psicanálise do IUSAM.

No entanto, somente na segunda metade do século XX a questão familiar adquiriu maior relevância no campo da saúde mental, bem como da psicanálise.

Diversas fontes confluíram para que isso acontecesse.

Entre elas, destaca-se o interesse que surgiu pela psicose, tanto na teoria da comunicação quanto na psicanálise.

Diversos grupos de pesquisa provenientes da teoria da comunicação, que tinham como plataforma o Instituto de Palo Alto, e cuja referência era G. Bateson, em particular seu texto “Towards a Theory of Schizophrenia” (1956/1980), em que ele desenvolveu a concepção de “duplo vínculo”, mas também destacados psicanalistas, formularam ideias sobre a família e a psicose, tal como Lidz (1957); Ackerman (1958); Wynne et al. (1965); os quais trabalharam a partir da suposição de que a esquizofrenia era o resultado de processos interativos na família.

De modo correlato, no campo da psicanálise também emergiu uma mudança teórica: os vínculos familiares assumiram um lugar relevante no modo como a constituição da subjetividade humana foi pensada. Múltiplos autores como Aulagnier (1975); Sandler (1976); Laplanche (1987); Gabbard (1997); Stern, D. et al (1998) contribuíram para esse desenvolvimento.

Para oferecer, em poucas linhas, um esboço da maneira pela qual se desenvolveu a compreensão psicanalítica, teórica e clínica, da psicanálise vincular, vamos descrever sucintamente como surgiram diferentes modelos e como eles evoluíram.

Distinguimos os seguintes modelos, levando em conta a noção de inconsciente que pressupõem.

Modelos e teorias que incorporam a noção de vínculo sem uma modificação substancial das formulações clássicas do inconsciente e do narcisismo

Um de seus pioneiros foi Henry Dicks, discípulo de Fairbairn. Dicks teve, entre outros méritos, o de criar o serviço de tratamento de casais na Tavistock Clinic em Londres depois da Segunda Guerra Mundial. Em *Marital Tensions* (1970), escreveu sobre a ampla investigação que realizou neste serviço.

Este autor concluía, com base em Fairbairn e em Melanie Klein, que os mecanismos de projeção e de introjeção desempenham um papel importante na maneira como os cônjuges escolhem um ao outro. Postulou a existência de uma “complementariedade inconsciente”, a partir da qual sugeriu que se estabeleceriam cumplicidades sincronizadas e reciprocidades.

Afirmava, seguindo Freud, que o “estado de enamoramento” poderia ser entendido como uma espécie de neurose, uma negação da realidade. Por trás dele se escondem escolhas neuróticas muito profundas que consistem na projeção de imagens paternas e maternas no parceiro. Supunha que as escolhas de cônjuge se fazem de acordo com estas imagens ou objetos internos.

A partir dessa concepção, propunha o esclarecimento dessas projeções e o trabalho em torno da desilusão proveniente da constatação de que o cônjuge não coincidia com esse objeto interno projetado.

Contemporâneo de Dicks, Jürg Willi (1976)³, um psicanalista suíço que explorava as relações e conflitos no casal, a angústia no matrimônio, descreveu os princípios funcionais das relações em casal e as fases do casamento, passando por crises típicas.

Introduziu o conceito de *colusão*, através do qual menciona as consequências que surgem para os integrantes do vínculo da impossibilidade de um ver o outro do casal como independente, senão apenas como alguém que o completa, preenche, sem que exista solução de continuidade.

Na clínica vincular, desenvolve-se a clínica da colusão quando um dos parceiros só aceita que o outro se comporte de acordo com as suas próprias expectativas. Exige do outro um apoio irrestrito, sem reservas. A impossibilidade concretizar a esperança de harmonia desperta hostilidade, e a expectativa de uma harmonia sem fissuras leva a experimentar constantes frustrações, com a consequente ameaça de tornarem-se profundamente desconfiados, paranoicos, no funcionamento do casal.

Este autor trata o tema da colusão tomando o casal do filme “Cenas de um casamento”, de Ingmar Bergman, como caso exemplar.

O que Dicks havia iniciado na Tavistock Clinic, aproximando da psicanálise uma perspectiva vincular, foi continuado por Roland Laing, o qual, anos mais tarde, ocupou um lugar destacado nesta instituição.

Laing incorporou à proposta de Dicks aquilo que Bateson defendera em 1956, em seu antológico texto “Towards a Theory of Schizophrenia”, no qual tentava explicar as condições familiares para o advento de uma psicose a partir da teoria do duplo vínculo. Laing bebeu também das ideias de Jean Paul Sartre.

3. Jurg Willi foi diretor do Centro de Psicoterapia da Policlínica Psiquiátrica da Universidade de Zurique nos anos 1970. Willi publicou, entre outros livros, em 1976, *La pareja humana: relación y conflicto e Psicología del amor. El crecimiento personal en la pareja*.

Junto a Esterson (1970), conduziu, na Tavistock Clinic, uma investigação sobre famílias que tinham ao menos um membro “esquizofrênico”, a fim de demonstrar que o comportamento clinicamente sintomático da esquizofrenia não era mais do que o resultado de interações sociofamiliares.

Merece especial consideração a noção desenvolvida por este autor sobre o que denominou “mistificação” (1965). Trata-se de uma reelaboração da noção cunhada por Karl Marx⁴.

O artigo onde expõe sua concepção sobre a mistificação foi compilado por I. Boszormenyi-Nagy e J.L. Framo em um livro de grande relevância em sua época, *Intensive Family Therapy* (1965).

Laing, com essa noção, refere-se ao movimento a partir do qual é provocada uma reação violenta em uma pessoa, e, logo em seguida, a percepção de que tenha havido um motivo para que essa reação ocorresse é refutada. Laing sugere que a reiteração de um padrão com essas características na relação seria enlouquecedora.

Posteriormente, o modo de pensar o vincular na Tavistock Clinic foi fortemente influenciado, como o destaca Susana Abse no Prefácio de *Clinical Dialogues On Psychoanalysis With Families and Couples* (Scharff & Vorchheimer, 2017), pelos aportes de J. Bowlby, especialmente por seus desenvolvimentos em torno da noção de apego.

As ideias de J. Bowlby dentro da Tavistock foram continuadas por Peter Fonagy.

O ponto de vista da Tavistock acerca do vincular está presente em diversas produções europeias, norte-americanas e latino-americanas.

Na América Latina, ele foi difundido pelo psicanalista venezuelano Guillermo Teruel, formado na Tavistock Clinic, em seu texto *Diagnóstico y tratamiento de parejas en conflicto: psicopatología del proceso matrimonial* (Teruel, 1974).

David Scharff, no Instituto Internacional de Psicoterapia (IPI), com sede em Washington, também segue esta tradição.

Ele se baseia explicitamente na teoria das relações objetais, conforme formulada por Fairbairn, Dicks, Klein, Winnicott, Bion, Bowlby, e reelaborada por Bollas Mitchelll, Kernberg e ele próprio (Scharff y Scharff, 2006, 2011).

4. Por “mistificação”, Marx se referia à leitura que se faz da história a partir de um determinado “esquema ideológico”, atribuindo entidade de real a essa leitura ideológica.

Um marco importante no intercâmbio entre os diferentes modelos se deu no Primeiro Congresso sobre Clínica Vincular, convocado de modo conjunto pelos Comitês de Família e Casal da Fepal e da IPA, que ocorreu em Buenos Aires em 2015. As apresentações, junto com os comentários e uma revisão da psicanálise na América Latina foram publicados em inglês e espanhol (Scharff y Vorchheimer, 2017).

Giulio Cesare Zavattini, também formado na Tavistock Clinic, docente da Universidad della Sapienza em Roma (2010), propõe que o comportamento e os fenômenos psicológicos não surgem de processos intrapsíquicos isolados, mas se originam na interface entre mundos individuais de experiência que agem reciprocamente. Esse processo no ser humano, para Zavattini, supõe o envolvimento mútuo de dois espíritos, em que a subjetividade de um indivíduo se desenvolve e funciona refletindo-se nos olhos do outro.

Como comentário final, diríamos que todos os autores citados preservam, no conflito vincular, o determinismo infantil inconsciente de cada um dos membros do vínculo.

Modelos que, sem pressupor um *locus* inconsciente, além do inconsciente individual teorizado por Freud, propõem a existência de processos vinculares que têm efeitos inconscientes dentro do vínculo. Esses modelos, além disso, reconsideram a conceptualização do narcisismo

Vamos tomar a obra de René Kaës como representante paradigmática deste tipo de postura.

Assim fazemos porque, mesmo que Kaës não tenha trabalhado especificamente com famílias, ele vem fazendo, há muitos anos, uma contribuição notável à teoria do conjunto a partir de um enquadramento psicanalítico, fornecendo suporte teórico àqueles de nós que propuseram desenvolvimentos psicanalíticos sobre a família.

O que nos parece muito ilustrativo é o que o autor denominou “pacto denegativo” (Kaës, 1989).

O pacto denegativo é um dos maiores pilares na corrente de investigação psicanalítica que estuda “os processos e formações da realidade psíquica que se revelam em suas dimensões intrasubjetivas. Kaës (1989), com essa dimensão, refere-se não apenas ao que Freud conceitualizou como formações ou processos psíquicos compartilhados ou comuns a vários sujeitos, tais como identificações compartilhadas ou comunidade de sintomas (Freud,

1921/1987), nem se esgota nas formações bifásicas, como o ideal do eu (Freud, S. 1923/1987). A essas acrescenta, com o pacto denegativo, o que chama de formações intermediárias.

As formações intermediárias definidas por Kaës (1989) são formações bifrontes que consolidam a filiação à comunidade a partir de pactos e contratos; servem de ponto e de separação entre as formações intrapsíquicas; cumprem funções de ligação, de deslocamento, de fixação, de condensação, de para-excitações, de delegação; adquirem com frequência a estrutura e a função de formações de compromisso. Kaës procura, com essa dimensão, dar conta dos “processos que atravessam os espaços e os tempos psíquicos de cada sujeito de um conjunto, processos que passam por eles, e que determinam em parte a organização tópica, dinâmica, econômica e estrutural de cada sujeito enquanto faz parte desse conjunto”; quer “explicar as solidariedades que tais organizações psíquicas sustentam, enquanto encontram seu princípio de correlação no que mantém coeso o conjunto como tal, e a partir do ponto de vista da realidade psíquica que nele se forma” (Kaës 1993).

Com estas frases, Kaës deixa ver que pretende evidenciar tanto a interação entre o conjunto enquanto tal e o indivíduo, como também a independência desses dois campos, o do conjunto e o da realidade psíquica singular. Kaës afirma que “o conceito de pacto denegativo pretende explicar a maneira como a função repressora se constitui, ou tem dificuldades em se constituir, para os sujeitos singulares, em razão do compromisso de seus vínculos dentro do conjunto” (Kaës, 1989).

Neste texto, Kaës (1989) distingue três modalidades do negativo, que se encontram no “princípio do trabalho de ligação intrapsíquica”:

- A primeira (negatividade por obrigação) obedece à obrigação da psique de produzir algo negativo para se constituir como tal. A negatividade por obrigação “designa a necessidade, para o aparelho psíquico, de realizar operações de rejeição, de negação, de desmentida, de déjà vu, de renúncia e de repressão, a fim de preservar um interesse importante da organização psíquica do sujeito como tal ou a dos sujeitos com os quais este esteja vinculado em conjunto por um interesse importante”
- A segunda (negatividade relativa) define uma posição relativa do negativo com referência a algo possível. Ela se refere ao fato de que o que é

negativo, sob outras circunstâncias, pode deixar de sê-lo: aquilo que não pôde assumir um significado em sua origem, pode adquirir significação dentro de um grupo.

A negatividade relativa se constitui a partir do que ficou em suspenso na constituição dos continentes e dos conteúdos psíquicos. Ela sustenta um campo do possível; é o que permanece em vias de ser constituído como pensamento na realidade psíquica.

É evidente que a teoria do pensamento de Bion está presente por trás desta negatividade definida por Kaës. Parafraseando o Bion de “Uma teoria do pensamento” (Bion, 1960), o de “Aprendendo com a experiência” (Bion, 1962/1966) e o de “Atenção e interpretação” (1970/1974), pode-se dizer que pensar é acessar um espaço de “não coisa”, é simbolizar em um espaço e em um tempo finito o “lugar onde costumava estar a coisa”.

- a terceira corresponde ao que não é acessível para ser pensado, nem no espaço psíquico próprio, nem no do outro. É o que Kaës chama de *negatividade radical*.

A negatividade radical é, no espaço psíquico, “o que não é”; representa a relação de contato daquilo que não é com o pensamento, daquilo que ele não é e do que ele não pode pensar. É o que permanece refratário a toda ligação.

No campo vincular, marca também o que é impossível de conhecer e de entrar em contato no vínculo com o outro. É o impossível de pensar no vínculo, é esse impossível a que se deve dar lugar para que o vínculo seja possível, para não se entrar no que descrevemos como colusão narcisista, tal como foi descrita a partir das teorizações da Tavistock.

O pacto denegativo abarca estas três modalidades que se encontram também “no princípio de ligação intrapsíquica nos conjuntos: casais, grupos, famílias, instituições”.

Estas negatividades são necessárias para que se forme e se mantenha o vínculo; estão voltadas – consideradas sob esse aspecto – para a positividade do vínculo e para sua manutenção vital.

Estas três formas de negatividade costumam ser objeto de um pacto, de um contrato ou de uma aliança inconsciente entre os sujeitos do vínculo e o conjunto. Uma das chaves deste pensamento está na compreensão desta última

frase. O sujeito, segundo este modo de pensar, não só é determinado a partir de seu desejo inconsciente, mas também é determinado de modo inconsciente pelo conjunto que o instituiu. Assim, o indivíduo institui o conjunto, e este, por sua vez, institui o indivíduo.

O pacto denegativo, então, é um pacto sobre o negativo, que inclui a negação da negatividade radical; mantém a ilusão de que o vínculo protege da negatividade radical.

Em uma linha similar localizamos o que propõe Alberto Eiguer, o qual tem uma ampla produção escrita sobre o vincular. Eiguer trabalhou a noção de interfantasmaticização na família, colocando ênfase, com esta noção, na comunidade de representações entre os membros de qualquer relação.

Outra contribuição que se baseia neste modelo é a de Miguel Spivacow (2002, 2005a, 2005b, 2013), que propõe que, na psicanálise contemporânea, se enfatiza a importância do outro nos funcionamentos psíquicos do sujeito, em oposição ao chamado “mito da mente isolada”.

Não comentaremos de modo extenso nosso ponto de vista – que tem fortes pontos de contato com aquele desenvolvido por Kaës –, já que ele está presente em nosso livro *Psicanálise Vincular. Teoria e Clínica* (Moguillanski & Nussbaum, 2011).

Modelos que pressupõem a existência de uma estrutura ou organização inconsciente intermediária transindividual (EFI)

Isidoro Berenstein, com a Estrutura familiar inconsciente (EFI) (Berenstein, 1976; 1981), conduziu, nos anos setenta e oitenta, o desenvolvimento mais bem-sucedido, em nossa opinião, do intento de fundamentar uma ordem inconsciente interpessoal que tornasse os vínculos familiares inteligíveis.

No início de sua teorização vincular, ele descreveu a Estrutura familiar inconsciente como uma estrutura que estabelecia os lugares e conflitos dentro da família, fornecendo um enquadramento para entender o funcionamento familiar. Esta teoria reconhecia uma dívida com o que Lévi-Strauss (1949/1982) escrevera sobre a estrutura do parentesco.

Diferenciava (Berenstein, 1981) as relações familiares da estrutura familiar inconsciente. Propunha que “as relações familiares têm um caráter simbólico cujo significado jaz na estrutura inconsciente”. Era enfatizado no modelo que as relações familiares e a estrutura familiar inconsciente correspondiam a dois níveis lógicos diferentes:

- o das *relações familiares*: maneiras de interagir, formas de falar, maneiras de se assentar, distribuição da habitação, aplicação de nomes próprios etc.; e
- o das determinações dadas pela *estrutura familiar inconsciente*.

Comentário: este modelo de Berenstein, nascido no auge do estruturalismo da época, teve, em seu tempo, um enorme êxito. Na nossa opinião, ainda que, durante um tempo, nós o tenhamos usado amplamente, ele deixava pendentes alguns problemas importantes: em primeiro lugar, padecia daquilo que colocou em crise todos os modelos estruturalistas – eles não eram capazes de explicar a mudança.

No caso particular da EFI, por mais que ele desse conta das relações sincrônicas, não incluía uma dimensão histórica e, além disso, ao delimitar um personagem determinado apenas por suas relações com os outros, não dava espaço ao que ocorria em cada indivíduo singularmente.

Berenstein mais tarde abandonou parcialmente este modelo e foi substituindo-o por outros.

Modelo que pressupõe o desamparo como origem do vínculo: o objeto único

Isidoro Berenstein, em 1988, junto a Janine Puget (Puget, J. e Berenstein, I., 1988), promoveram uma reviravolta ao postular a teoria do *objeto único*, em que propuseram que todo vínculo se origina em uma tentativa de resolver uma falta que se deve ao desamparo originário.

Chamaram de objeto único (Puget & Berenstein, 1988) “uma modalidade vincular primitiva narcisista, que é responsável por um vínculo entre um eu inerme e desamparado e um outro dotado da capacidade de neutralizar esse estado”.

Modelos que enfatizaram o papel do novo e do acontecimento no vínculo, constituindo uma lógica heteróloga que opera simultaneamente, sem se articular, com a determinação clássica dada pela repetição, a causalidade histórica e o que Freud enunciou em torno da noção de inconsciente

Isidoro Berenstein e Puget propõem o papel do novo, do acontecimento, do imprevisível, da prevalência do fazer sobre o repetir. Fazem um questionamento

radical de todo determinismo ou causalidade, e enfatizam a produção de diferenças dos indivíduos entre si, dentro do vínculo e com o espaço social.

Eles postulam que a complexidade do mundo social, o pertencimento social e as subjetividades que vão se criando determinam espaços heterólogos que não se articulam harmoniosamente.

Propõem que, nas relações entre duas ou mais pessoas, há uma impossibilidade de prever tanto o destino da relação como o comportamento dos sujeitos.

Na perspectiva que teorizam, também é impossível determinar a maneira como se constitui a subjetividade, no espaço psíquico de cada um, a partir do que sucede no outro, assim como é impossível determinar, a partir da constituição subjetiva dos sujeitos, como se produzirá o encontro entre eles e como será a relação.

Enfatizam a impossibilidade de entrar em contato com a *ajenidad* do outro. Para tal, criticam a ideia de que, no encontro com o eu do outro, um juízo de atribuição e um juízo de existência sejam ativados, propondo, ao contrário, que no encontro entre duas alteridades se produz algo irreduzível à identificação. Criticam toda formulação que coloque em jogo a representação, e enfatizam o que produz a presença. Deste modo, tomam partido das diferenças que se produzem no aqui e agora (*hic et nunc*), do novo que se gera no encontro, afirmando que toda referência a um reencontro é defensiva diante do *novo* que ocorre.

Comentário: as propostas de Bernstein e Puget trouxeram uma contribuição interessante do que aparece como “o novo”, além de uma reflexão a respeito dos excessos que foram cometidos por concepções que se assentam em determinismos lineares. Esses autores não concordam com a ênfase que postula Kaës postula – e nós também – na importância outorgada à preservação do determinismo inconsciente individual e à noção de repetição, juntamente ao que é determinado pelo que o conjunto institui.

Modelos que questionam a noção de vínculo

A objeção mais forte à noção de vínculo proveio de Lacan (1972/2005), quando ele afirmou: “*il n’y a pas de rapport sexuel*” (o que se poderia traduzir como “não há relação sexual”, ou “não há proporção sexual no casal”, ou “não há reciprocidade no amor”), questionando a falta de “adequação” ou “reciprocidade” entre o masculino e o feminino.

A falta de inscrição que o vínculo tem, tal como o pensam os analistas lacanianos, levou-os a não falar de “uma relação de casal”. No entanto, atendem casais e tiveram que fazer considerações sobre essa “inexistente relação de casal”. É interessante a moldura proposta por Jacques Alain Miller em suas “Conversaciones clínicas em Barcelona”, reunidas no livro *O casal e o amor*. E suas conversas acerca de entrevistas de casal realizadas por analistas catalães, sugere “vários modelos de relação”; sustenta que essas escolhas se fazem com base na busca por um igual ao ideal ou por um complementar.

Comentário: Miller, em que pesem as distinções que propõe em suas conversações, não abre espaço ao papel estruturante da criação conjunta deste campo imaginário, o que não impede que dê conta da “relação inexistente” com argumentos que se baseiam no papel do imaginário: relações que se instituem na escolha de um igual ao ideal, ao objeto anaclítico ou sobre a relação entre dois que se concebe como complementária.

Epílogo:

Neste texto, procuramos dar conta, em linhas gerais, das diferentes contribuições à psicanálise vincular. Não temos dúvida alguma de haver deixado de lado, devido ao espaço da síntese, importantes desenvolvimentos, contribuições e autores.

Idioma original

Se ha instalado desde hace algunas décadas, tanto desde la teoría como desde el imaginario social, una nueva demanda: la consulta vincular. Esto ha determinado que el psicoanálisis formulara, y de modo permanente lo siga haciendo, criterios e instrumentos para abordarla.

Unas pocas palabras acerca de cómo se instaló la demanda de lo vincular.

El Psicoanálisis desde sus inicios se desarrolló como una disciplina sostenida en la clínica de tratamientos individuales y aunque Freud privilegió ese nicho, sabemos que hizo además una importante referencia al campo de las relaciones intersubjetivas (Freud, 1921; 1930). La dimensión familiar también ocupó un lugar en su obra, sobre todo para explicar la determinación de las series complementarias.

Sin embargo, recién en la segunda mitad del siglo XX la cuestión familiar adquirió mayor relevancia en el campo de la salud mental y también en el psicoanálisis.

Distintas fuentes confluyeron para que así sucediera.

Entre ellas tuvo un papel preponderante el interés que surgió por la psicosis tanto desde la teoría de la comunicación como desde el psicoanálisis.

Diversos equipos de investigación provenientes de la teoría de la comunicación que tenían como plataforma al Instituto de Palo Alto cuyo referente era G. Bateson, en particular su texto "Towards a Theory of Schizophrenia", (1956/1980) en el que desarrolló la concepción del "doble vínculo", como también conspicuos psicoanalistas formularon ideas acerca de la familia y la psicosis tales como Lidz (1957), Ackerman, (1958); Wynne et al (1965); quienes trabajaron bajo el supuesto de que la esquizofrenia era el resultado de procesos interactivos de la familia.

Correlativamente en el campo del psicoanálisis también emergió un cambio teórico: los vínculos familiares tomaron un lugar relevante en cómo se pensó la constitución de la subjetividad humana. Múltiples autores, como Aulagnier (1975), Sandler (1976), Laplanche (1987), Gabbard (1997), Stern, D. et al (1998).

Para dar en pocas líneas una semblanza del modo en el que se desarrolló la comprensión psicoanalítica teórica y clínica del psicoanálisis vincular vamos a describir sucintamente cómo surgieron distintos modelos y cómo los mismos evolucionaron.

Distinguimos los siguientes modelos tomando en cuenta la noción de inconsciente que presuponen

Modelos y teorías que incorporan la noción de vínculo sin una modificación sustancial de las clásicas formulaciones del inconsciente y del narcisismo

Uno de los pioneros fue Henry Dicks, discípulo de Fairbairn. Dicks tuvo entre otros méritos crear el servicio de tratamiento de parejas en la Tavistock Clinic en Londres después de la segunda guerra mundial. Escribió la larga investigación que llevó a cabo en ese servicio en *Marital Tensions* (1970).

Este autor concluía, apoyándose en Fairbairn y Melanie Klein, que los mecanismos de proyección y de introyección juegan un papel de primera línea en la manera en que los cónyuges se escogen mutuamente. Postulaba la

existencia de una “complementariedad inconsciente”, desde la que sugería se establecían complicidades sincronizadas y reciprocidades.

Afirmaba, siguiéndolo a Freud, que el “estado de enamoramiento” – una especie de neurosis y de negación de la realidad -, detrás del cual se esconden razones – neuróticas - muy profundas que consisten en la proyección de imagos paternas y maternas en el otro cónyuge. Suponía que las elecciones de cónyuge se hacen de acuerdo a dichas imagos u objetos internos.

A partir de esta concepción proponía el esclarecimiento de estas proyecciones y el trabajo sobre la desilusión proveniente de comprobar que el cónyuge no coincidía con el objeto interno proyectado.

Contemporáneo de Dicks, Jurg Willi(1976), un psicoanalista suizo, que exploraba las relaciones y conflictos en la pareja, la angustia ante el matrimonio ,describió los principios funcionales de las relaciones de pareja y las fases del matrimonio atravesando crisis típicas.

Introdujo el concepto de *colusión* con el que se alude a las consecuencias que tienen para los integrantes del vínculo el no poder contemplar al otro de la pareja como independiente sino sólo como alguien que completa, rellena sin que exista solución de continuidad.

En la clínica vincular se despliega la clínica de la colusión cuando sólo se acepta que el otro se comporte de acuerdo con las propias expectativas. Se requiere del otro un apoyo sin reservas. La imposibilidad de cumplir con la esperanza de armonía despierta hostilidad y la expectativa de una armonía sin fisuras lleva a experimentar constantes frustraciones con la consiguiente amenaza de tornarse profundamente desconfiados, paranoicos, en el seno de la pareja

Este autor toma el tema de la colusión en la pareja del film “Escenas de la vida conyugal”, de Ingmar Bergman, como caso- modelo.

Lo que había iniciado Dicks en la Tavistock Clinic, acercando una perspectiva vincular al Psicoanálisis, fue continuado por Ronald Laing, quien , años más tarde, ocupó un lugar destacado en esa Institución .

Laing incorporó a lo propuesto por Dicks lo planteado por Bateson en 1956 en su antológico texto “Towards a Theory of Schizophrenia”, en el que con la teoría del doble vínculo intentaba explicar las condiciones familiares para que una psicosis adviniera. Laing abrevó también en las ideas de Jean Paul Sartre.

Junto a Esterson (1970), llevó a cabo en la Tavistock Clinic una investigación sobre familias que tenían al menos un miembro “esquizofrénico”, tratando de demostrar que el comportamiento clínicamente sintomático de la esquizofrenia no era más que el resultado de interacciones socio-familiares.

Merece especial consideración la noción de este autor sobre lo que denominó “mistificación” (1965). Es una reelaboración de la noción acuñada por Karl Marx⁵.

El artículo donde expone su concepción sobre la mistificación fue recopilado por I. Boszormenyi-Nagy y J.L. Framo en un libro de mucha relevancia en su momento “Intensive Family Therapy” (1965).

Laing con esta noción se refiere al movimiento mediante el cual se provoca una reacción violenta en una persona y luego se desmiente la percepción de que hubiese habido un motivo para que esa reacción se produjera. Laing sugiere que la reiteración de un *pattern en la relación* que tenga esas características resulta enloquecedora.

A posteriori el modo de pensar lo vincular en la Tavistock Clinic estuvo fuertemente influenciado ,como lo señala Susanna Abse en el Prefacio de *Clinical Dialogues On Psychoanalysis With Families and Couples* , por los aportes de J. Bowlby, especialmente por sus desarrollos en torno a la noción de apego.

Las ideas de J.Bowlby dentro de la Tavistock fueron continuadas por Peter Fonagy.

El punto de vista de la Tavistock acerca de lo vincular está presente en diversas producciones europeas, norteamericanas y latinoamericanas.

En Latinoamérica fue difundido por el psicoanalista venezolano Guillermo Teruel, formado en la Tavistock Clinic ,en su texto “Diagnóstico y tratamiento de parejas en conflicto: psicopatología del proceso matrimonial” (Teruel, 1974).

David Scharff en el Instituto Internacional de Psicoterapia (IPI) con sede en Washington también sigue esta tradición.

Se apoya explícitamente en la teoría de las relaciones de objeto según las formulaciones de Fairbairn, Dicks, Klein, Winnicott, Bion, Bowlby y en las reelaboraciones que han hecho Bollas, Mitchell, Kernberg, y él mismo (Scharff & Scharff, 2006,2011).

Un hito importante en el intercambio entre los distintos modelos se dio en el Primer Congreso sobre Clínica Vincular convocado de modo conjunto por los Comités de Pareja y Familia de Fepal e IPA, que tuvo lugar en Buenos Aires en 2015. Las presentaciones junto a los comentarios y una reseña del psi-

5. Marx, se refería con mistificación, a la lectura que se hace de la historia desde un determinado “esquema ideológico”, dando luego entidad de real a esa lectura ideológica.

coanálisis en América Latina fueron publicadas en inglés y en español (Scharff & Vorchheimer, 2017).

Giulio Cesare Zavattini, también formado en la Tavistock Clinic, docente de la Universidad della Sapienza en Roma (2010), propone que el comportamiento y los fenómenos psicológicos no surgen de procesos intrapsíquicos aislados, sino que se originan en la interfase entre mundos individuales de experiencia que obran recíprocamente. Este proceso en el ser humano, para Zavattini, supone la implicación mutua de dos espíritus, donde la subjetividad de un individuo se desarrolla y se trabaja reflejándose en los ojos del otro.

Como comentario final diríamos que todos los autores citados preservan en el conflicto vincular el determinismo infantil inconsciente de cada uno de los miembros del vínculo.

Los modelos que sin suponer un *locus* inconsciente, más allá del inconsciente individual teorizado por Freud, proponen la existencia de procesos vinculares que tienen efectos inconscientes en el seno del vínculo. Estos modelos además reconsideran la conceptualización del narcisismo

Vamos a tomar la obra de René Kaës como representación paradigmática de este tipo de postura.

Lo hacemos porque si bien Kaës no ha trabajado específicamente con familias, ha venido haciendo, desde hace muchos años, un aporte notable a la teoría de lo conjunto desde un marco psicoanalítico, brindando apoyatura teórica a los que hemos planteado desarrollos psicoanalíticos familiares.

Lo que nos resulta muy ilustrativo es lo que este autor ha denominado “pacto denegativo” (Kaës, 1989).

El pacto denegativo es uno de los mayores pilares en la corriente de investigación psicoanalítica que estudia “los procesos y formaciones de la realidad psíquica que se revelan en sus dimensiones trans-subjetivas”. Kaës con esta dimensión alude no sólo a lo ya conceptualizado por Freud como formaciones o procesos psíquicos compartidos o comunes a varios sujetos, tales como identificaciones compartidas o comunidad de síntomas (Freud, 1921/1987), ni se agota en las formaciones bifase como el ideal del yo (Freud, S. 1923/1987). A éstas agrega, con el pacto denegativo, lo que llama formaciones intermediarias.

Las formaciones intermediarias definidas por Kaës, son formaciones bifrontes que consolidan la pertenencia a la comunidad mediante pactos y con-

tratos; hacen de puente y de separación entre las formaciones intrapsíquicas; cumplen funciones de ligazón, de desplazamiento, de fijación, de condensación, de para-excitaciones, de delegación; adquieren con frecuencia la estructura y la función de formaciones de compromiso. Kaës trata con esta dimensión de dar cuenta de “los procesos que atraviesan los espacios y los tiempos psíquicos de cada sujeto de un conjunto, procesos que los transitan, y que determinan en parte la organización tópica, dinámica, económica y estructural de cada sujeto en tanto forma parte de ese conjunto”... quiere “explicar las solidaridades que tales organizaciones subjetivas sustentan, en tanto encuentran su principio de correlación en lo que mantiene junto lo conjunto como tal y desde el punto de vista de la realidad psíquica que en él se forma” (Kaës, 1993).

En estas frases Kaës marca claramente que quiere dejar planteada tanto la interacción entre lo conjunto como tal y el individuo, como también la independencia de esos dos campos, el de lo conjunto y el de la realidad psíquica singular. Kaës dice que “el concepto de pacto denegativo está destinado a explicar la manera en que se constituye o tiene dificultades en constituirse la función represora, para los sujetos singulares, en razón del compromiso de sus vínculos dentro de lo conjunto” (Kaës, 1989).

Kaës (1989) en este texto distingue tres modalidades de lo negativo que se encuentran en el “principio del trabajo de la ligazón intrapsíquica”:

- la primera (negatividad por obligación) obedece a la obligación de la psique de producir algo negativo para constituirse como tal. La negatividad por obligación “designa la necesidad para el aparato psíquico, de efectuar operaciones de rechazo, de negación, de desmentida, de déjà vu, de renuncia y de supresión, a fin de preservar un interés importante de la organización psíquica, la del sujeto como tal o la de los sujetos con los cuales está vinculado en un conjunto por un interés importante”.
- la segunda (negatividad relativa) define una posición relativa de lo negativo por referencia a algo posible. Se refiere a que lo que es negativo, dadas otras condiciones, puede dejar de serlo: aquello que no pudo ser significado en su origen, en el seno de un grupo puede adquirir significación. La negatividad relativa se constituye sobre la base de lo que ha quedado en suspenso en la constitución de los continentes y de los contenidos psíquicos. Sostiene un campo de lo posible, es lo que permanece en trance de ser constituido como pensamiento en la realidad psíquica.

Es evidente que la teoría del pensamiento de Bion está presente en el trasfondo de esta negatividad definida por Kaës. Parafraseando al Bion de “Una teoría del pensamiento” (Bion, 1960), al de “Aprendiendo de la experiencia” (Bion, 1962/1966) y al de “Atención e interpretación” (1970/1974), se puede decir que pensar es acceder a un espacio de “no cosa”, es simbolizar en un espacio y en un tiempo finito el “lugar donde solía estar la cosa”.

- la tercera corresponde a lo que no es accesible para ser pensado en el espacio psíquico propio ni en el del otro. Es lo que Kaës llama *negatividad radical*. La negatividad radical es, en el espacio psíquico “lo que no es”, representa la relación de contacto con el pensamiento de lo que no es, de lo que él no es y de lo que él no puede pensar, es lo que permanece refractario a toda ligazón. En el campo vincular marca también aquello imposible de conocer y contactar en el vínculo con el otro. Es lo imposible de pensar en el vínculo, es eso imposible a lo que hay que hacer lugar para que el vínculo sea posible, para no entrar en lo que describimos como colusión narcisista, tal como fue descrita desde las teorizaciones de la Tavistock.

El pacto denegativo abarca estas tres modalidades que se encuentran también “en el principio de ligazón trans-psíquica en los conjuntos: parejas, grupos, familias, instituciones”.

Estas negatividades son necesarias para que se forme y se mantenga el vínculo; están dirigidas – consideradas bajo este aspecto - a la positividad del vínculo y a su mantenimiento vital.

Estas tres formas de negatividad suelen ser objeto de un pacto, de un contrato o de una alianza inconsciente entre los sujetos del vínculo y el conjunto. Una de las claves de este pensamiento está en la comprensión de la última frase, el sujeto, para este modo de pensar, no sólo está determinado desde su deseo inconsciente sino que también, de modo inconsciente, está determinado por el conjunto que lo instituyó. Así el individuo instituye lo conjunto, y éste, a la vez, es instituyente del individuo.

El pacto denegativo entonces es un pacto sobre lo negativo que incluye la negación de la negatividad radical; mantiene la ilusión que el vínculo pone a salvo de la negatividad radical.

En una línea similar ubicamos lo que propone Alberto Eiguer (1983), quien tiene una larga producción escrita sobre lo vincular. Eiguer ha trabajado

la noción de interfantasmaticación en la familia, dando importancia con esta noción a la comunidad de representaciones entre los miembros de toda relación.

Otra de las contribuciones que abreva en este modelo es la de Miguel Spivacow (2002, 2005a, 2005b, 2013), quien propone que en el psicoanálisis contemporáneo se destaca la importancia del otro en los funcionamientos psíquicos del sujeto, en oposición a lo se ha llamado “el mito de la mente aislada”.

No comentaremos en extenso nuestro punto de vista - que tiene fuertes puntos de coincidencia con lo desarrollado por Kaës- ya que está presente en nuestro libro Psicanálise Vincular. Teoría e Clínica (2011).

Modelos que suponen la existencia de una estructura u organización inconsciente intermediaria transindividual (EFI)

Isidoro Berenstein, con la Estructura familiar inconsciente (EFI), (Berenstein, 1976; 1981) ha llevado adelante, en los setenta y los ochenta, el desarrollo más logrado, a nuestro juicio, del intento de fundamentar un orden inconsciente interpersonal que hiciera inteligible los vínculos familiares.

En los comienzos de su teorización vincular describió la Estructura familiar inconsciente, como una estructura que definía lugares y conflictos dentro de la familia, proveyendo un marco desde el cual entender el funcionamiento familiar. Esta teoría reconocía una deuda con lo escrito por Levi Strauss (1949/1982) sobre la estructura del parentesco.

Diferenciaba (Berenstein, 1981) las relaciones familiares de la estructura familiar inconsciente. Proponía que “las relaciones familiares tienen un carácter simbólico cuyo significado yace en la estructura inconsciente”. Quedaba enfatizado en el modelo que las relaciones familiares y la estructura familiar inconsciente correspondían a dos niveles lógicos diferentes:

- el de las *relaciones familiares*: maneras de interactuar, modo de hablar, maneras de sentarse, distribución de la vivienda, aplicación de nombres propios, etc.; y
- el de las determinaciones dadas por *la estructura familiar inconsciente*.

Comentario: Este modelo de Berenstein, hijo del auge del estructuralismo de la época, tuvo en su momento enorme éxito. A nuestro juicio, aunque durante algún tiempo hicimos un amplio uso de él, dejaba planteados al-

gunos problemas importantes: en primer lugar, adolecía de lo que puso en crisis a todos los modelos estructuralistas, no podían explicar el cambio. En el caso particular de la EFI, si bien daba cuenta de las relaciones sincrónicas, no incluía una dimensión histórica y además al delimitar un personaje sólo determinado por sus relaciones con los otros no daba lugar a lo que le ocurría a cada individuo singularmente Berenstein, más tarde abandonó parcialmente este modelo y lo fue sustituyendo por otros.

Modelo que presupone el desamparo como origen del vínculo: el objeto único

Isidoro Berenstein, en 1988, junto con Janine Puget (Puget & Berenstein, 1988) dieron un giro postulando la teoría del *objeto único* en la que plantearon que todo vínculo se origina en un intento de resolver una falta dada por el desamparo originario. Llamaron objeto único (Puget & Berenstein, 1988) “a una modalidad vincular primitiva narcisista, que rinde cuenta de un vínculo entre un yo inerte y desamparado y un otro dotado de la capacidad de contrarrestar dicho estado”.

Los modelos que han enfatizado el papel de lo nuevo y del acontecimiento en el vínculo, constituyendo una lógica heteróloga que opera simultáneamente, sin articularse, con la clásica determinación dada por la repetición, la causalidad histórica y lo enunciado por Freud en torno a la noción de inconciente

Isidoro Berenstein y Puget proponen el papel de lo nuevo, del acontecimiento, de lo no previsible, de la prevalencia del hacer sobre el repetir. Hacen un cuestionamiento radical de todo determinismo o causalidad y enfatizan la producción de diferencias entre los individuos entre si en el seno del vínculo y con el espacio social.

Postulan que la complejidad del mundo social, la pertenencia social y las subjetividades que se van creando, determinan espacios heterólogos que no se articulan armoniosamente.

Proponen que en las relaciones entre dos o más personas hay una imposibilidad de prever tanto el destino de la relación como el comportamiento de los sujetos.

En la perspectiva que teorizan es también imposible determinar la manera de constituirse la subjetividad en el espacio psíquico de cada uno a partir de lo que sucede en el del otro como así mismo resulta imposible determinar a partir de la constitución subjetiva de los sujetos cómo se producirá el encuentro entre ellos y cómo será la relación.

Enfatizan la imposibilidad de contactar con la ajenidad del otro. Para ello critican la idea de que en el encuentro con el yo del otro se activen un juicio de atribución y un juicio de existencia, proponiendo en cambio que en el encuentro entre dos alteridades se produce algo no reductible a la identificación. Critican toda formulación que ponga en juego la representación y enfatizan lo que produce la presencia. De este modo toman partido por las diferencias que se producen en el aquí y ahora (*hic et nunc*), por lo nuevo que se genera en el encuentro, afirmando que toda referencia a un reencuentro es defensiva ante lo *nuevo* que ocurre

Comentario: los planteos de Berenstein y Puget han traído un interesante aporte desde lo que aparece como “lo nuevo” como también una reflexión respecto de los excesos que se han cometido en las concepciones que asientan en determinismos lineales. En su planteo no acuerdan con el énfasis que postula Kâes y también nosotros en la importancia otorgada a la preservación del determinismo inconsciente individual y a la noción de repetición junto a lo determinado por lo que el conjunto instituye

Los modelos que cuestionan la noción de vínculo

La objeción más fuerte a la noción de vínculo provino de Lacan (1972/2005) cuando afirmó “*Il n’y a pas de rapport sexuel*” (que puede traducirse como que no hay relación sexual, o no hay proporción sexual en la pareja, o no hay reciprocidad en el amor), cuestionando la falta de “adecuación” o “reciprocidad” entre lo masculino y lo femenino.

La falta de inscripción que tiene el vínculo, tal como lo piensan los analistas lacanianos, los ha llevado a no hablar de “una relación de pareja”. Sin embargo, atienden parejas y han tenido que hacer consideraciones sobre esta “inexistente relación de pareja”. Es interesante el marco que propone Jacques Alain Miller en sus “Conversaciones clínicas en Barcelona” (Miller, 2003) recogidas en el libro “La pareja y el amor”. En esas conversaciones acerca de entrevistas de pareja realizadas por analistas catalanes, sugiere “varios modelos de

relación”; sostiene que estas elecciones se hacen sobre la base de la búsqueda de un igual al ideal o de la de un complementario.

Comentario: Miller, pese a las distinciones que propone en sus conversaciones, no da lugar al papel estructurante que tiene la creación conjunta de este campo imaginario, lo que no impide que de cuenta de la “inexistente relación” con argumentos que se afirman en el papel de lo imaginario: relaciones que se instituyen sobre la elección de un igual al ideal, al objeto anaclítico o sobre la relación alguien con alguien que se concibe como complementario.

Epílogo

En este texto, hemos intentado dar cuenta en trazos gruesos de los diferentes aportes al psicoanálisis vincular. No tenemos duda alguna de haber dejado de lado dado lo apretado de la síntesis, importantes desarrollos contribuciones y autores

Una mirada sobre como surgió el psicoanálisis con parejas y familias

RESUMEN *El psicoanálisis con parejas y familias surgió después de la segunda guerra mundial. En este texto se da cuenta de los diferentes aportes al psicoanálisis vincular, sus orígenes y su posterior desarrollo.*

PALABRAS-CLAVE: *Vínculo; relación de objeto; inconciente vincular; colusión narcisista; instituido-instituyente.*

A look at how psychoanalysis with couples and families emerged

ABSTRACT *Psychoanalysis with Family and Couples arose after the Second World War. This paper intends to refer to different points of view since its origin and its development.*

KEYWORDS *bond; object relations; bonding unconscious; narcissistic collusion; instituting-instituted.*

Referências

Ackerman, N. (1958). *Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares*. Hormé.

Aulagnier, P. (1975). *Violencia de la interpretación*. Amorrortu.

Bateson, G. et al. (1980). Hacia una teoría de la esquizofrenia. In: C. Sluzki (org.), *Interacción Familiar*. Galerna. (Trabalho original publicado em 1956.)

Berenstein, I. (1976) *Familia y enfermedad mental*. Paidós.

- Berenstein, I. (1981). *Psicoanálisis de la estructura familiar*. Paidós.
- Bion, W. (1960). A theory of thinking en Second thoughts. *Selected Papers on Psychoanalysis*. Heinemann.
- Bion, W. (1966). *Aprendiendo de la experiencia*. Paidós. (Trabalho original publicado em 1962).
- Bion, W. (1974). *Atención e interpretación*. Paidós. (Trabalho original publicado em 1970).
- Freud, S. (1921) Group Psychology and the Analysis of the Ego. In S. Freud, *SE 18, Standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Hogarth.
- Freud, S. (1930) Civilization and its Discontents. In S. Freud, *SE 21, Standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud*. Hogarth.
- Freud, S. (1987) Psicología de las masas. In S. Freud, *Tomo XVIII, Obras Completas*. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1987). El Yo y el Ello. In S Freud, *Tomo XX, Obras Completas*. Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1923).
- Gabbard, G. (1997). A Reconsideration of Objectivity in the Analyst. *International Journal of Psychoanalysis*, 78, 15-26.
- Kaës, R. (1989). El pacto denegativo. In *Lo negativo*. Amorrortu.
- Kaës, R. (1993). El sujeto de herencia. In *Transmisión de la vida psíquica entre generaciones*. Amorrortu.
- Lacan, J. (1972/2005). O aturdido. In J. Lacan, *Outros escritos*. Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1972).
- Laing, R. (1965). Mystification, confusion and conflict. In Boszormenyi-Nagy, I. & Framo, J.L. (org.) *Intensive Family therapy*. Harper and Row.
- Laing, R.D. & Esterson, A. (1970). *Sanity, Madness and the Family: Families of Schizophrenics*. Penguin.
- Laplanche, J. (1987). *Problématiques 5, Le Baquet. Transcendance du transfert*. Presses Universitaires de France.
- Levi-Strauss, C. (1982). *Las estructuras elementales del parentesco*. Paidós. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lidz, T., Cornelison, A., Carlson D. & Fleck, S. (1957) Intrafamilial environment of schizophrenic patients: the transmission of irrationality. *AMA, Archives of Neurology and Psychiatry*, 79.
- Miller, J. A. (2003). *La pareja y el amor*. Paidós.
- Moguillansky, R. & Nussbaum, S.L. (2011). *Psicanálise Vincular: Teoria e Clínica*. Zagadoni.
- Puget Janine, Berenstein Isidoro (1988). *Psicoanálisis de la Pareja Matrimonial*. Paidós.
- Sandler, J. (1976) Countertransference and Role-responsiveness. *International Review of Psychoanalysis*, 3, 43-47.
- Scharff, D & Scharff, J. (2011) *Psychoanalytic Couple Therapy: Foundations of Theory and Practice*. The Library of Couple and Family Psychoanalysis.

- Scharff, D. & Vorchheimer, M. (2017). *Clinical Dialogues on Psychoanalysis with Families and Couples*. Karnac.
- Scharff, J.S. & Scharff, D. (2006). *New paradigms for treating relationships*. Jason Aronson.
- Spivacow, M. (2002). La perspectiva intersubjetiva y sus destinos: la terapia psicoanalítica de pareja. *Aperturas Psicoanalíticas*, 11.
- Spivacow, M. (2005a). La intervención vincular en el tratamiento psicoanalítico de pareja. *Aperturas Psicoanalíticas*, 19.
- Spivacow, M. (2005b). *Clínica psicoanalítica con parejas*. Lugar.
- Spivacow, M. (2013). *La Pareja En Conflicto*. Paidós.
- Stern Daniel et al. (1998). Non-Interpretative mechanisms in psychoanalytic therapy. The “something-more” than interpretation. *International Journal of Psychoanalysis*, 79, 903
- Teruel, G. (1974). *Diagnóstico y tratamiento de parejas en conflicto: psicopatología del proceso matrimonial*. Paidós.
- Willi, J. (1976). *La pareja humana: relación y conflicto*. Morata
- Wynne, L., Ryckoff, I., Day, J. & Hirsch, I. (1965). Pseudomutuality in the family relations of schizophrenics. *Psychiatry*. In. I. Boszormenyi-Nagy & J.L. Framo, *Intensive family therapy*. Harper and Row.
- Zavattini, G.C. (2010). Psicoterapia psicoanalítica de pareja y apego. *Asociación internacional de psicoanálisis de pareja y familia*. <https://aipcf.net/es/psychotherapie-psychanalytique-de-couple-attachement/>

Recibido: 1/11/2023

Aceito: 15/1/2024

Tradução: Tomás Sertã

tomas.serta@gmail.com

Rodolfo Moguillansky

moguilla@gmail.com

Silvia Nussbaum

silvianussbaum10@gmail.com